

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	22

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	48

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.489.050.740
Preferenciais	0
Total	1.489.050.740
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error
#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	4.184.201	4.113.605
1.01	Ativo Circulante	159.250	191.376
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	73.776	100.068
1.01.02	Aplicações Financeiras	26.169	38.941
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	26.169	38.941
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	6.756	9.087
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	19.413	29.854
1.01.03	Contas a Receber	54.334	48.236
1.01.03.01	Clientes	52.861	47.162
1.01.03.01.01	Contas a Receber	52.861	47.162
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.473	1.074
1.01.03.02.01	Contas a receber partes relacionadas	1.473	1.074
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.055	1.694
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.055	1.694
1.01.06.01.01	Tributos correntes a recuperar	3.055	1.694
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.697	2.368
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.697	2.368
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	219	69
1.01.08.03	Outros	219	69
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedor	1	0
1.01.08.03.02	Outros Créditos	218	69
1.02	Ativo Não Circulante	4.024.951	3.922.229
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	458.441	444.617
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	301.433	293.982
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	301.433	293.982
1.02.01.04	Contas a Receber	414	386
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	414	386
1.02.01.07	Tributos Diferidos	156.360	150.015
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	156.360	150.015
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	191	191
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	43	43
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	43	43
1.02.03	Imobilizado	51.273	47.052
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.335	4.623
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	46.938	42.429
1.02.04	Intangível	3.515.237	3.430.560
1.02.04.01	Intangíveis	3.515.237	3.430.560
1.02.04.01.02	Intangíveis	3.097.956	3.078.509
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	417.281	352.051

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	4.184.201	4.113.605
2.01	Passivo Circulante	462.738	414.372
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.552	12.943
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.552	12.943
2.01.02	Fornecedores	50.959	45.342
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	50.959	45.342
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	50.959	45.342
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.996	29.444
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.996	29.444
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	20.976	16.853
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	12.020	12.591
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	153.872	149.022
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	78.239	77.250
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	78.239	77.250
2.01.04.02	Debêntures	75.633	71.772
2.01.05	Outras Obrigações	87.188	93.110
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.810	9.059
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	7.810	9.059
2.01.05.02	Outros	79.378	84.051
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	45.479	45.479
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	13.906	13.080
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	3.898	9.279
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	2.079	2.019
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	14.016	14.194
2.01.06	Provisões	122.171	84.511
2.01.06.02	Outras Provisões	122.171	84.511
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	121.813	84.511
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	358	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.052.653	2.061.774
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.566.395	1.560.749
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.450.091	1.446.652
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.450.091	1.446.652
2.02.01.02	Debêntures	116.304	114.097
2.02.02	Outras Obrigações	34.997	30.921
2.02.02.02	Outros	34.997	30.921
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil a pagar	34.997	30.921
2.02.04	Provisões	451.261	470.104
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.626	1.394
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	2.626	1.394
2.02.04.02	Outras Provisões	448.635	468.710
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	230.983	256.077
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	217.652	212.633
2.03	Patrimônio Líquido	1.668.810	1.637.459
2.03.01	Capital Social Realizado	1.441.386	1.441.386
2.03.04	Reservas de Lucros	227.424	196.073

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	227.424	196.073

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	284.781	220.863
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	179.857	161.494
3.01.02	Receita de serviços de construção	104.924	59.369
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-187.080	-144.534
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-82.156	-85.165
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-104.924	-59.369
3.03	Resultado Bruto	97.701	76.329
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.726	-6.037
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.075	-6.665
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-9.054	-6.665
3.04.02.04	Provisão para Perdas Esperadas	-21	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	349	628
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	88.975	70.292
3.06	Resultado Financeiro	-41.698	-36.494
3.06.01	Receitas Financeiras	12.305	10.601
3.06.01.01	Receitas Financeiras	12.305	10.601
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.003	-47.095
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-54.003	-47.095
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	47.277	33.798
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.926	-11.218
3.08.01	Corrente	-22.271	-18.652
3.08.02	Diferido	6.345	7.434
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	31.351	22.580
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	31.351	22.580
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0211	0,0152

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	31.351	22.580
4.03	Resultado Abrangente do Período	31.351	22.580

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	85.346	67.526
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	116.048	101.164
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	31.351	22.580
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	39.376	33.127
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	21	0
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	154	0
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-6.345	-7.434
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-9.421	-6.783
6.01.01.11	Juros e variações monetárias sobre Empréstimos	35.664	30.338
6.01.01.12	Juros e variações monetárias sobre Debêntures	5.205	7.073
6.01.01.14	Despesas / (receitas) Financeiras dos Ajustes a Valor Presente	11.231	8.165
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.510	797
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	26	45
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	7.276	13.256
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-30.702	-33.638
6.01.02.01	Contas a receber	-5.720	-2.769
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-399	-68
6.01.02.04	Despesas antecipadas	671	881
6.01.02.05	Impostos a recuperar	2.895	3.124
6.01.02.06	Outros créditos	-149	-78
6.01.02.08	Outras contas a receber	-28	-22
6.01.02.09	Fornecedores	-879	-14.336
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-2.754	-1.522
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	2	105
6.01.02.12	Obrigações sociais	2.609	909
6.01.02.13	Obrigações fiscais	21.250	19.156
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-17.800	-17.482
6.01.02.15	Credores pela concessão e taxa de fiscalização	60	-34
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-304	-325
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-1.717	0
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	608	738
6.01.02.19	Pagamento de juros	-23.666	-21.562
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-5.381	-353
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-88.466	-87.740
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-16	-491
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-98.936	-56.404
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-44.854	-3.596
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	53.009	0
6.02.10	Aplicação Financeira	2.331	-27.249
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23.172	-16.150
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-4.072	-4.232
6.03.05	Pagamento empréstimos - principal	-19.100	-11.918

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-26.292	-36.364
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	100.068	142.847
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	73.776	106.483

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.441.386	0	196.073	0	0	1.637.459
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.441.386	0	196.073	0	0	1.637.459
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	31.351	0	31.351
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	31.351	0	31.351
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	31.351	-31.351	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	31.351	-31.351	0	0
5.07	Saldos Finais	1.441.386	0	227.424	0	0	1.668.810

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.441.386	0	117.783	0	0	1.559.169
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.441.386	0	117.783	0	0	1.559.169
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.580	0	22.580
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.580	0	22.580
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.441.386	0	117.783	22.580	0	1.581.749

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	314.255	249.274
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	196.818	176.446
7.01.02	Outras Receitas	117.437	72.828
7.01.02.01	Receita dos serviços de construção	104.924	59.369
7.01.02.02	Outras receitas	728	969
7.01.02.03	Juros capitalizados	11.785	12.490
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-142.703	-105.970
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-13.347	-14.710
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.888	-5.893
7.02.04	Outros	-121.468	-85.367
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-104.924	-59.369
7.02.04.02	Custos da Concessão	-6.885	-11.515
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-7.276	-13.256
7.02.04.04	Outros	-2.383	-1.227
7.03	Valor Adicionado Bruto	171.552	143.304
7.04	Retenções	-39.376	-33.127
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.376	-33.127
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	132.176	110.177
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.305	10.601
7.06.02	Receitas Financeiras	12.305	10.601
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	144.481	120.778
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	144.481	120.778
7.08.01	Pessoal	14.059	11.739
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.531	8.685
7.08.01.02	Benefícios	2.916	2.498
7.08.01.03	F.G.T.S.	612	556
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	33.115	26.620
7.08.02.01	Federais	23.253	17.767
7.08.02.02	Estaduais	17	36
7.08.02.03	Municipais	9.845	8.817
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	65.956	59.839
7.08.03.01	Juros	40.869	37.411
7.08.03.02	Aluguéis	310	352
7.08.03.03	Outras	24.777	22.076
7.08.03.03.01	Juros capitalizados BNDES	11.370	12.165
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	415	325
7.08.03.03.04	Outras	12.992	9.586
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	31.351	22.580
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	31.351	22.580

Comentário do Desempenho



Release de Resultados
1T25

Comentário do Desempenho



Ribeirão Preto, 15 de maio de 2025 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da ViaPaulista S.A. ("Companhia" ou "ViaPaulista") apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao primeiro trimestre de 2025 ("1T25").

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte") sobre o presente Release de Resultados, bem como as respectivas Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 31 de março de 2025.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 1T25

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **6,0%** no tráfego no 1T25, com **19,9 milhões de veículos equivalentes**. O mix de veículos equivalentes foi de **62,8%** do tráfego representado por veículos comerciais e **37,2%** por veículos de passeio.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 196,8 milhões** no 1T25, com crescimento de **11,5%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 135,6 milhões**, acréscimo de **16,2%**, com uma margem de **75,4%**, evolução de **3,2** pontos percentuais.

DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	1T25	1T24	Δ%
Total	19.851	18.722	6,0%
Leves	7.389	7.262	1,7%
Pesados	12.463	11.459	8,8%

A ViaPaulista registrou 19,9 milhões de veículos equivalentes no 1T25, aumento de 6,0% em comparação ao 1T24. O *mix* de veículos foi de 62,8% para os pesados e 37,2% para os leves.

O tráfego de veículos leves foi impulsionado por eventos regionais, feriados prolongados e a volta das festas de fim de ano. No segmento de veículos pesados, a cobrança por eixos suspensos desde abril de 2024 e o aumento das importações e exportações, com destaque para soja, milho, carne bovina, celulose, Látex e trigo.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veíc. Equiv.)	1T25	1T24	Δ%
Tarifa Média	9,91	9,42	5,2%

A tarifa média, no 1T25, foi de R\$ 9,91 um aumento de 5,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete os reajustes tarifários aplicados no período, conforme previsto nos contratos de concessão.

O reajuste tarifário anual da Companhia tem como data-base o mês de novembro, considerando a aplicação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Receita Bruta	302.062	236.157	27,9%
Receitas de pedágio	196.818	176.446	11,5%
Receitas de construção	104.924	59.369	76,7%
Outras Receitas	320	342	(6,4%)
Deduções	(17.281)	(15.294)	13,0%
Receita Operacional Líquida	284.781	220.863	28,9%
Receita Líquida Ajustada ¹	179.857	161.494	11,4%

1: Excluindo a Receita de Construção

Comentário do Desempenho



Receita de Pedágio

A receita bruta de pedágio no 1T25 totalizou R\$ 302,1 milhões, representando um crescimento de 27,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete, principalmente, o impacto dos reajustes tarifários previstos em contrato e a variação do tráfego nas rodovias administradas pela Companhia.

Receitas de Construção

As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 104,9 milhões no 1T25, um aumento de 76,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas

As receitas acessórias registraram R\$ 0,3 milhões no primeiro trimestre de 2025, movimento em linha com relação ao mesmo período do ano anterior.

CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(44.230)	(44.819)	(1,3%)
Pessoal	(14.060)	(11.740)	19,8%
Conservação	(8.944)	(8.964)	(0,2%)
Serviços de terceiros	(6.521)	(6.724)	(3,0%)
Seguros e garantias	(978)	(910)	7,5%
Verba de fiscalização	(5.914)	(5.304)	11,5%
Custos com Poder Concedente	-	(5.304)	(100,0%)
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(1.510)	(797)	89,5%
Outros	(6.303)	(5.076)	24,2%
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(151.576)	(105.752)	43,3%
Custo dos serviços de construção	(104.924)	(59.369)	76,7%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(7.276)	(13.256)	(45,1%)
Depreciação e Amortização	(39.376)	(33.127)	18,9%
Custos e Despesas Operacionais	(195.806)	(150.571)	30,0%

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 195,8 milhões no 1T25, aumento de 30,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Como destaque dessa variação, temos os **Custos dos Serviços de Construção**. Desconsiderando o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 44,2 milhões, diminuição de 1,3% em comparação 1T24.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	31.351	22.580	38,8%
(+) Depreciação e Amortização	39.376	33.127	18,9%
(+) Resultado Financeiro	41.698	36.494	14,3%
(+) IR e CSLL	15.926	11.218	42,0%
EBITDA¹	128.351	103.419	24,1%
<i>Margem EBITDA²</i>	<i>71,4%</i>	<i>64,0%</i>	<i>7,3 p.p.</i>
(+) Provisão para Manut. De Rodovias	7.276	13.256	(45,1%)
EBITDA Ajustado³	135.627	116.675	16,2%
<i>Margem EBITDA Ajustada²</i>	<i>75,4%</i>	<i>72,2%</i>	<i>3,2 p.p.</i>

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA da Companhia no 1T25 apresentou um valor de R\$ 128,4 milhões, com variação de +24,1% e margem de 71,4%.

O EBITDA Ajustado, por sua vez, totalizou R\$ 135,6 milhões no 1T25, com crescimento de +16,2% e margem ajustada de 75,4%.

O crescimento do EBITDA e do EBITDA Ajustado reflete a combinação de maior eficiência operacional, incremento de receitas e controle de custos ao longo do período.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Depreciação e Amortização	39.376	33.127	18,9%

A conta de depreciação e amortização da Companhia somou, no 1T25, o valor de R\$ 39,4 milhões, um aumento de 18,9% em relação ao mesmo período no ano anterior.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Resultado Financeiro	(41.698)	(36.494)	14,3%
Receitas financeiras	12.305	10.601	16,1%
Despesas financeiras	(54.003)	(47.095)	14,7%

Comentário do Desempenho



O resultado financeiro contabilizado pela ViaPaulista foi de uma despesa financeira de R\$ 41,7 milhões no 1T25, um aumento de 14,3% em relação ao valor registrado no mesmo período no ano anterior.

IR e CSLL

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
IR e CSLL	(15.926)	(11.218)	42,0%
Corrente	(22.271)	(18.652)	19,4%
Diferido	6.345	7.434	(14,6%)

No 1T25, a Companhia contabilizou valor negativo de R\$ 15,9 milhões em Imposto de Renda e Contribuição Social, um aumento de 42,0% em relação ao mesmo período em 2024.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Resultado Líquido	31.351	22.580	38,8%

O Resultado Líquido registrado pela Companhia no 1T25 foi de R\$ 31,4 milhões, aumento de 38,8% comparado ao mesmo período no ano anterior. Esse aumento decorre, predominantemente, do aumento do tráfego pedagiado, reajustes de tarifas anuais, e, consequentemente, aumento da receita operacional.

ENDIVIDAMENTO

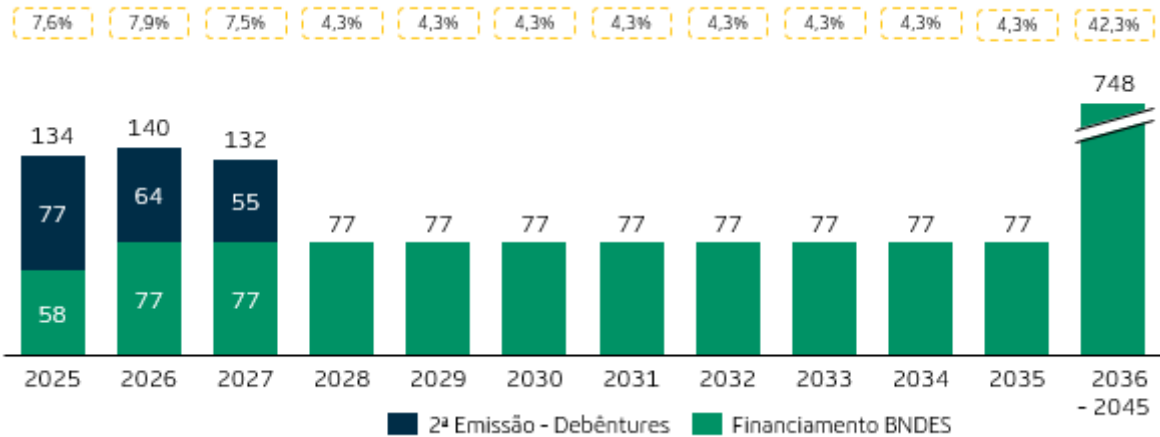
R\$ mil	1T25	4T24	Δ%
Dívida Bruta	1.720.267	1.709.771	0,6%
Curto Prazo	153.872	149.022	3,3%
Longo Prazo	1.566.395	1.560.749	0,4%
Posição de Caixa	401.378	432.991	(7,3%)
Caixa e equivalentes de caixa	80.532	109.155	(26,2%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	320.846	323.836	(0,9%)
Dívida Líquida	1.318.889	1.276.780	3,3%

1: Curto e Longo Prazo

No 1T25, a dívida bruta da ViaPaulista totalizou R\$ 1.720,3 milhões, movimento em linha com o 4T24, onde o saldo apresentado foi de R\$ 1.709,8 milhões.

A dívida líquida da Companhia finalizou o exercício em um montante de R\$ 1.318,9 milhões, uma evolução de 3,3% em relação ao trimestre anterior.

Aging da Dívida – março de 2025



No exercício de 2024, 89% da dívida total da Companhia estava atrelada ao contrato de financiamento junto ao BNDES e 11% a 2ª Emissão de Debêntures, ambas atreladas ao IPCA.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	1T25	1T24	Δ%
Investimentos	99.244	56.895	74,4%

Ao final do primeiro trimestre de 2025, a ViaPaulista investiu R\$ 99,2 milhões, crescimento de 74,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O avanço reflete a intensificação das obras realizadas ao longo do período. Essa variação positiva é devido a intensificação em 2025 na execução das obras de duplicação da SP-255 do km 48,1 ao km 77,1 e SP-318 do km 249 ao km 280.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2025 a 2047
Melhorias na Infraestrutura	4.571.249
Recuperações/Manutenções	1.835.007
Total	6.406.256

*Base Monetária: março/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de março de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

Ribeirão Preto, 15 de maio de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Ricardo Tozzi Gerab
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho



ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	1T25	1T24	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	302.062	236.157	27,9%
Receitas de pedágio	196.818	176.446	11,5%
Receitas de obras	104.924	59.369	76,7%
Receita de reequilíbrio	-	-	-
Outras Receitas	320	342	(6,4%)
DEDUÇÕES DA RECEITA	(17.281)	(15.294)	13,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	284.781	220.863	28,9%
CUSTOS E DESPESAS	(156.430)	(117.444)	33,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(35.565)	(38.863)	(8,5%)
Custo dos serv. de construção	(104.924)	(59.369)	76,7%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(9.014)	(6.584)	36,9%
Remuneração da administração	-	-	-
Despesas tributárias	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(7.276)	(13.256)	(45,1%)
Outras receitas operacionais, líquidas	349	628	(44,4%)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
EBITDA	128.351	103.419	24,1%
Margem EBITDA	71,4%	64,0%	7,3 p.p.
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(39.376)	(33.127)	18,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(41.698)	(36.494)	14,3%
Receitas financeiras	12.305	10.601	16,1%
Despesas financeiras	(54.003)	(47.095)	14,7%
Atualização montária - excedente tarifário	-	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	47.277	33.798	39,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(15.926)	(11.218)	42,0%
Corrente	(22.271)	(18.652)	19,4%
Diferido	6.345	7.434	(14,6%)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	31.351	22.580	38,8%

Comentário do Desempenho



ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	1T25	4T24	Δ%
ATIVO	4.184.201	4.113.605	1,7%
CIRCULANTE	159.250	191.376	(16,8%)
Caixa e equivalentes de caixa	73.776	100.068	(26,3%)
Aplicações Financeiras	6.756	9.087	(25,7%)
Contas a receber	52.861	47.162	12,1%
Contas a receber - partes relacionadas	1.473	1.074	37,2%
Despesas antecipadas	1.697	2.368	(28,3%)
Impostos a recuperar	3.055	1.694	80,3%
Aplicações financeiras vinculadas	19.413	29.854	(35,0%)
Outros créditos	218	69	215,9%
NÃO CIRCULANTE	4.024.951	3.922.229	2,6%
Aplicações financeiras vinculadas	301.433	293.982	2,5%
Despesas antecipadas	191	191	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	156.360	150.015	4,2%
Depósitos judiciais	43	43	0,0%
Outras contas a receber	414	386	7,3%
Direito de uso (IFRS 16)	46.938	42.429	10,6%
Imobilizado	4.335	4.623	(6,2%)
Intangível	3.515.237	3.430.560	2,5%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.184.201	4.113.605	1,7%
CIRCULANTE	462.738	414.372	11,7%
Empréstimos e financiamentos	78.239	77.250	1,3%
Debêntures	75.633	71.772	5,4%
Fornecedores	50.959	45.342	12,4%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	14.016	14.194	(1,3%)
Obrigações sociais	15.552	12.943	20,2%
Obrigações fiscais	32.996	29.444	12,1%
Contar a pagar - partes relacionadas	7.810	9.059	(13,8%)
Cauções contratuais	13.906	13.080	6,3%
Dividendos propostos	29.306	29.306	0,0%
Credores pela concessão	-	-	-
Taxa de fiscalização	2.079	2.019	3,0%
Provisão para manutenção em rodovias	121.813	84.511	44,1%
Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)	16.173	16.173	0,0%
Outras contas a pagar	3.898	9.279	(58,0%)
NÃO CIRCULANTE	2.052.653	2.061.774	(0,4%)
Empréstimos e financiamentos	1.450.091	1.446.652	0,2%
Debêntures	116.304	114.097	1,9%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	34.997	30.921	13,2%
Provisão para manutenção em rodovias	230.983	256.077	(9,8%)
Provisão para investimentos em rodovias	217.652	212.633	2,4%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.626	1.394	88,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.668.810	1.637.459	1,9%
Capital social	1.441.386	1.441.386	0,0%
Reserva legal	196.073	93.398	109,9%
Reserva de lucros	31.351	102.675	(69,5%)

Notas Explicativas

ViaPaulista S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes
ao período findo em 31 de março de 2025 e
relatório do auditor independente

Notas Explicativas

VIAPAULISTA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ViaPaulista S.A. (“Sociedade” ou “ViaPaulista”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 22 de junho de 2017, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A..

A Sociedade iniciou suas operações em 22 de novembro de 2017, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP nº 0359-ARTESP - 2017, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.333 de 21 de dezembro de 2017, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, a exploração do sistema Rodoviário referente ao Lote denominado Rodovias dos Calçados (Itaporanga – Franca) compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação, apoio na execução dos serviços não delegados considerados os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a Sociedade.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

No período compreendido entre 01 de janeiro de 2025 a 31 de março de 2025 (“trimestre” ou “período”) não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 12 de maio de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

Notas Explicativas

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1) Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- OCPC 10 - Créditos de carbono

A Sociedade, após avaliação do conteúdo das novas normas e interpretações alteradas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

- IFRS 18 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações financeiras, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Caixa e contas bancárias	1.715	4.765
Aplicações financeiras (a)	72.061	95.303
Total	73.776	100.068

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Fundos de investimentos (b)	6.756	9.087
Total	6.756	9.087

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos CDB, LFT e LF possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 101,70% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,65% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2025</u>		<u>31.12.2024</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	52.951	-	46.140	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	205	-
Cartões de pedágio a receber (b)	127	-	144	-
Receitas acessórias a receber (c)	216	414	1.086	361
Outras receitas a receber	5	-	4	25
Provisão para perdas esperadas (d)	(438)	-	(417)	-
Total	52.861	414	47.162	386

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupom vale-pedágio.

(b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de crédito e vale-pedágio.

Notas Explicativas

(c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica e oleodutos.

(d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

	31.03.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	52.719	414	47.162	386
Créditos vencidos até 60 dias	100	-	-	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	25	-	-	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	17	-	-	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	438	-	417	-
	53.299	414	47.579	386

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas informações contábeis intermediárias do resultado referente aos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é como segue:

	31.03.2025	31.03.2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.277	33.798
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(16.074)	(11.491)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	148	273
Total	(15.926)	(11.218)
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>		
Correntes	(22.271)	(18.652)
Diferido	6.345	7.434
	(15.926)	(11.218)
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(33%)

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.03.2025	31.12.2024
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Provisão de participação nos lucros	5.484	4.347
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	2.626	1.394
Outras provisões	370	340
Provisão para manutenção de rodovias	352.796	340.588
Amortização acumulada de obras futuras	23.790	22.342
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	60.879	57.556
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	11.423	11.550
Arrendamentos	2.075	2.686
Provisão para perdas esperadas	438	417
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	459.881	441.220

Notas Explicativas

Alíquota nominal	34%	34%
Total	156.360	150.015
Total do imposto de renda e contribuição social	156.360	150.015

Movimentos de resultado estão representados por:

	31.03.2025	31.03.2024
Provisão de participação nos lucros	1.137	934
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	1.232	518
Outras provisões	30	(537)
Provisão para manutenção de rodovias	12.208	16.811
Amortização acumulada de obras futuras	1.448	1.334
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.323	2.961
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(127)	(126)
Arrendamentos	(611)	(31)
Provisão para perdas esperadas	21	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	18.661	21.864
Alíquota nominal	34%	34%
Total	6.345	7.434
Total do imposto de renda e contribuição social	6.345	7.434

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade manterá aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

As receitas auferidas pela Sociedade, deverão ser vertidas para conta bancária centralizadora e seguir as destinações previstas no Contrato de Administração de Contas, respeitando os percentuais e prazos lá estipulados.

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva.

A Sociedade deve manter depositada em conta pagamentos de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente para o pagamento da próxima parcela vincenda; na conta reserva, deverão ser mantidas parcelas vincendas nos 03 (três) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ou até que seja medido o ICSD pela primeira vez; ou parcelas vincendas nos 04 (quatro) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,3 (um inteiro e três décimos) e igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos); ou parcelas vincendas nos 05 (cinco) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,2 (um inteiro e dois décimos) e igual ou superior a 1,1 (um inteiro e um décimo).

Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

Assim que o montante esteja disponível na conta livre, deverá ser transferido para a conta Conserva Especial, o montante referente ao que for maior entre o valor equivalente a (i) 75% (setenta e cinco por cento) da Provisão para Conservação Especial ou Manutenção; ou (ii) a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores indicados para cada ano na tabela que consta no contrato de financiamento com o BNDES, corrigidos pelo IPCA.

Em 31 de março de 2025, o saldo é de R\$19.413 no ativo circulante e R\$301.433 no ativo não circulante (R\$29.854 e R\$293.982, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 99,67% a.a. e (97,44% a.a. em 31 de dezembro de 2024) da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Total
Custo direito de uso						
Saldo em 31.12.2024	17.976	5.471	1.291	60.873	46	85.657
Remensurações	162	43	(103)	6.977	-	7.079
Adições	-	-	1.016	1.555	-	2.571
Baixas	-	-	(1.819)	(1.751)	-	(3.570)
Saldo em 31.03.2025	18.138	5.514	385	67.654	46	91.737
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2024	(14.682)	(5.134)	(1.249)	(22.130)	(33)	(43.228)
Amortização	(1.024)	(284)	(102)	(3.729)	(2)	(5.141)
Baixas	-	-	1.819	1.751	-	3.570
Saldo em 31.03.2025	(15.706)	(5.418)	468	(24.108)	(35)	(44.799)
Direito de uso líquido						
Saldo em 31.12.2024	3.294	337	42	38.743	13	42.429
Saldo em 31.03.2025	2.432	96	853	43.546	11	46.938
Taxas de amortização - a.a.	23%	21%	19%	21%	17%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Total
Custo direito de uso						
Saldo em 31.12.2023	17.976	4.474	969	31.497	29	54.945
Remensurações	-	-	76	129	-	205
Adições	-	-	-	33.649	-	33.649
Baixas	-	-	-	(4.175)	-	(4.175)
Saldo em 31.03.2024	17.976	4.474	1.045	61.100	29	84.624
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2023	(10.730)	(3.865)	(878)	(14.419)	(25)	(29.917)
Amortização	(988)	(304)	(91)	(3.115)	(2)	(4.500)
Baixas	-	-	-	4.175	-	4.175
Saldo em 31.03.2024	(11.718)	(4.169)	(969)	(13.359)	(27)	(30.242)
Direito de uso líquido						
Saldo em 31.12.2023	7.246	609	91	17.078	4	25.028
Saldo em 31.03.2024	6.258	305	76	47.741	2	54.382
Taxas de amortização - a.a.	22%	27%	35%	19%	28%	

- (a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se à locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se à locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
- (e) Refere-se à locação de computadores e impressoras.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2024	53	3.621	758	862	787	6.081
Adições	-	-	16	-	-	16
Alienações/baixas	-	-	(254)	-	-	(254)
Saldo em 31.03.2025	53	3.621	520	862	787	5.843
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(13)	(1.007)	(277)	(41)	(120)	(1.458)
Depreciação	(1)	(102)	(28)	(9)	(10)	(150)
Alienações/baixas	-	-	100	-	-	100
Saldo em 31.03.2025	(14)	(1.109)	(205)	(50)	(130)	(1.508)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	40	2.614	481	821	667	4.623
Saldo em 31.03.2025	39	2.512	315	812	657	4.335
Taxas de depreciação - a.a.	8%	13%	29%	4%	9%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2023	40	3.021	641	626	717	5.045
Adições	13	131	-	277	70	491
Saldo em 31.03.2024	53	3.152	641	903	787	5.536
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(9)	(589)	(135)	(6)	(80)	(819)
Depreciação	(1)	(104)	(32)	(7)	(9)	(153)
Saldo em 31.03.2024	(10)	(693)	(167)	(13)	(89)	(972)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2023	31	2.432	506	620	637	4.226
Saldo em 31.03.2024	43	2.459	474	890	698	4.564
Taxas de depreciação - a.a.	8%	14%	20%	10%	9%	

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Software	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2024	2.103.798	1.501.574	5.872	3.611.244	352.051	3.963.295
Adições	38.222	-	-	38.222	80.540	118.762
Transferências/reclassificações (d)	15.310	-	-	15.310	(15.310)	-
Saldo em 31.03.2025	2.157.330	1.501.574	5.872	3.664.776	417.281	4.082.057
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(236.724)	(293.735)	(2.276)	(532.735)	-	(532.735)
Amortização	(20.602)	(13.176)	(307)	(34.085)	-	(34.085)
Saldo em 31.03.2025	(257.326)	(306.911)	(2.583)	(566.820)	-	(566.820)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.867.074	1.207.839	3.596	3.078.509	352.051	3.430.560
Saldo em 31.03.2025	1.900.004	1.194.663	3.289	3.097.956	417.281	3.515.237
Taxas de amortização - a.a. (e)	4%	4%	37%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Software	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.546.629	1.501.574	3.902	3.052.105	537.082	3.589.187
Adições	38.031	-	-	38.031	44.617	82.648
Transferências/reclassificações (d)	146.725	-	-	146.725	(146.725)	-
Saldo em 31.03.2024	1.731.385	1.501.574	3.902	3.236.861	434.974	3.671.835
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(163.149)	(241.031)	(1.143)	(405.323)	-	(405.323)
Amortização	(15.039)	(13.176)	(259)	(28.474)	-	(28.474)
Saldo em 31.03.2024	(178.188)	(254.207)	(1.402)	(433.797)	-	(433.797)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.383.480	1.260.543	2.759	2.646.782	537.082	3.183.864
Saldo em 31.03.2024	1.553.197	1.247.367	2.500	2.803.064	434.974	3.238.038
Taxas de amortização - a.a. (e)	4%	3%	37%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente no reconhecimento inicial. Vide nota explicativa nº 18.
- (c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (d) Saldo referente a reclassificação de intangível para imobilizado.
- (e) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 31 de março de 2025, a Sociedade complementou o montante de R\$11.785 (R\$12.490 em 31 de março de 2024) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de financiamento e debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2025 foi de 2,71% a.a. e em 2024 2,99% a.a., do total de juros provisionados no período.

Notas Explicativas

Teste de recuperabilidade de ativos (*impairment*)

A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Sociedade e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das informações contábeis de 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

12. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos, negociados em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Modalidades	Taxas de juros efetivas	Vencimentos	Garantias	31.03.2025	31.12.2024
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+ 6,42% a.a.	set-45	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	1.572.570	1.568.164
Arrendamento Mercantil Financeiro - Santander	1,25% a.m.	nov-25	Objeto do contrato Veículo Volvo XC40 8 Ultimate	-	138
				1.572.570	1.568.302
			Custo de transação	(44.240)	(44.400)
			Total Geral	1.528.330	1.523.902
			Circulante	78.239	77.250
			Não circulante	1.450.091	1.446.652
			Total	1.528.330	1.523.902

Os saldos e movimentações dos financiamentos estão representados por:

Moeda nacional	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	79.393	1.488.909	1.568.302	59.947	1.349.914	1.409.861
Juros e variações monetárias provisionados	24.805	22.229	47.034	22.254	20.250	42.504
Amortização de principal	(19.100)	-	(19.100)	(11.918)	-	(11.918)
Pagamento de juros	(23.666)	-	(23.666)	(21.562)	-	(21.562)
Transferência	18.968	(18.968)	-	16.462	(16.462)	-
	80.400	1.492.170	1.572.570	65.183	1.353.702	1.418.885
Custo de transação	(2.161)	(42.079)	(44.240)	(1.985)	(40.645)	(42.630)
Saldo final	78.239	1.450.091	1.528.330	63.198	1.313.057	1.376.255

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamentos específicas.

Em 31 de março de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante relativas aos empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	77.045
2027	77.045
2028	77.045
2029	77.045
Após 2029	1.183.990
Total	1.492.170

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não conceder mútuos a quaisquer empresas integrantes de seu Grupo Econômico sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- 2) Não realizar, sem prévia anuência do BNDES, a distribuição de dividendos ou o pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o percentual de que trata o § 2º do art. 202 da Lei

Notas Explicativas

nº 6.404/76, salvo se estejam, cumulativamente, atingidos requisitos expostos no inciso XXXII da cláusula 10 do Contrato de Financiamento com o BNDES, entre eles:

i. o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja maior ou igual a 1,3 com base nas demonstrações contábeis revisadas do últimos 04 (quatro) períodos trimestrais, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA- <i>Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais.

ii. A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

3) Não reduzir o capital social da Sociedade:

- i. Para patamar abaixo de R\$ 1.348.385 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e cinco mil) sem a prévia anuência do BNDES;
- ii. Para patamar acima de R\$ 1.348.385 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e cinco mil), a não ser cumpridos os requisitos elencados no contrato de financiamento, caso em que independerá de anuência prévia do BNDES.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações contábeis a ser apresentado pois em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de seus financiamentos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxa contratual	Vencimento	31.03.2025	31.12.2024
2ª emissão - série única	400.000	IPCA + 3,94% a.a.	jun-27	196.099	190.479
				196.099	190.479
				Custo de transação (4.162)	(4.610)
				Total geral 191.937	185.869
				Circulante 75.633	71.772
				Não circulante 116.304	114.097
				Total 191.937	185.869

Notas Explicativas

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	73.650	116.829	190.479	109.396	170.696	280.092
Juros e variações monetárias provisionados	1.832	3.788	5.620	2.684	4.713	7.397
Transferências	2.036	(2.036)	-	1.837	(1.837)	-
	77.518	118.581	196.099	113.917	173.572	287.489
Custo de transação	(1.885)	(2.277)	(4.162)	(1.793)	(3.959)	(5.752)
Saldo final	75.633	116.304	191.937	112.124	169.613	281.737

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª emissão - série única	15.06.2019	400.000	1.000	18.06.2019	400.000
		400.000			400.000

Em 31 de março de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2026	63.427
2027	55.154
Total	118.581

As debêntures são garantidas por fiança integral e solidária da Arteris S.A.

As escrituras da 2ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas a seguir:

Não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

Serviço da Dívida		EBITDA- <i>Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
Geração de Caixa da Atividade		
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Para as informações contábeis intermediárias do período findo de 31 de março de 2025 não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais.

(b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

Notas Explicativas

(c) A Arteris S.A na condição de fiadora, deve apresentar trimestralmente, índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 4,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Ônus fixo pago})}$$

Onde:

(i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures menos todas as disponibilidades.

(ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

(iii) Ônus Fixo Pago = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo, deduzidos os pagamentos realizados ao Poder Concedente no âmbito da Rodovia dos Calçados e pagamentos realizados ao Poder Concedente no âmbito de leilões de novas licitações.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações contábeis a ser apresentado pois em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2025, o saldo no passivo circulante de R\$50.959 (R\$45.342 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$13.906 (R\$13.080 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	14.194	30.921	45.115	15.538	11.527	27.065
Remensurações	1.649	5.430	7.079	-	205	205
Adições	1.607	964	2.571	1.028	32.621	33.649
Utilizações (*)	(7.011)	-	(7.011)	(6.178)	-	(6.178)
Ajuste a valor presente - AVP	1.259	-	1.259	1.648	-	1.648
Transferências	2.318	(2.318)	-	4.469	(4.469)	-
	14.016	34.997	49.013	16.505	39.884	56.389

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$4.072 (R\$4.232 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2026	7.941
2027	7.906
2028	7.202
2029	3.960
Após 2029	7.988
	34.997

Notas Explicativas

O potencial PIS/COFINS (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 31 de março de 2025 são respectivamente R\$116 e R\$533 para PIS e COFINS (R\$102 e R\$470, respectivamente, em 31 de março de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 31 de março de 2025 a taxa média é de 10,85% a.a. (9,47% a.a. em 31 de março de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a serviços de controle de qualidade, direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária e rateios de despesas administrativas.

Os saldos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e as transações realizadas no resultado em 31 de março de 2025 e 2024 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Autovias S.A. (a)	354	325
Centrovias S.A. (a)	295	271
Intervias S.A. (a)	150	261
Vianorte S.A. (a)	236	217
Fluminense S.A. (a)	9	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	429	-
Contas a receber de partes relacionadas circulante	1.473	1.074
Total parte relacionada no ativo circulante	1.473	1.074
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	7.810	9.059
Passivos com partes relacionadas circulante	7.810	9.059
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora(b)	16.173	16.173
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	16.173	16.173
Dividendos a pagar:		
Arteris S.A.- controladora(c)	29.306	29.306
Total dos dividendos a pagar	29.306	29.306
Total do passivo circulante	53.289	54.538
	31.03.2025	31.03.2024
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(5.858)	(4.403)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Autovias S.A.	29	32
Centrovias S.A.	24	27
Intervias S.A.	304	343
Vianorte S.A.	20	21
Fernão dias S.A.	(17)	-
Total	(5.498)	(3.980)

Notas Explicativas

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa nº 20.

(c) Saldo a pagar de dividendos conforme nota explicativa nº 20.

No decorrer do período findo de 31 de março de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.632 (R\$813 em 31 de março de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$434 (R\$196 em 31 de março de 2024) relativos à diretoria da Sociedade e R\$1.198 (R\$617 em 31 de março de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$1.861 para o ano de 2025 (R\$1.500 para o ano de 2024).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o período/exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$5.484 e R\$4.347.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos a ARTESP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente. Em 10 de outubro de 2017 foi pago o valor de R\$1.039.903 referente ao valor do ágio ofertado corrigido. Nesta mesma data foi paga a primeira parcela da outorga fixa no valor de R\$237.326, equivalente ao valor corrigido de 50% do valor da outorga fixa mínima total, estipulado em R\$450.968. Com o advento da Transferência do Sistema Remanescente da Autovias para a ViaPaulista, como rege o anexo 20 do Contrato de Concessão, em 4 de julho de 2019, foi realizado o pagamento da 2ª e última parcela da Outorga Fixa no valor de R\$248.463 ao Poder Concedente, ocorrendo uma reversão do montante provisionado de R\$594 devido a utilização do conceito para o cálculo das atualizações mensais aplicado pela Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ter sido diferente ao do provisionamento.

Conforme previsto no Contrato de Concessão, o ônus variável é designado pelo montante da obrigação devida pela Sociedade ao poder concedente, qual corresponde a 3% da receita bruta de pedágio mensal. Em 8 de novembro de

Notas Explicativas

2024, a ARTESP reconheceu em favor da Sociedade, crédito originado do desequilíbrio econômico-financeiro, reduzindo de 3% para 0% o cálculo do ônus variável, até que o valor de desequilíbrio seja compensado.

Dessa maneira, no decorrer do período findo em 31 de março de 2025, não houve pagamentos ao Poder Concedente referente às parcelas da outorga variável (R\$5.321 em 31 de março de 2024).

19. PROVISÕES

(a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante o período findo em 31 de março de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2025
Cíveis	168	250	(52)	(163)	3	206
Trabalhistas	198	1.376	(76)	(129)	4	1.373
Regulatório	1.028	41	(29)	(12)	19	1.047
Total	1.394	1.667	(157)	(304)	26	2.626

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2024
Cíveis	148	209	(67)	(103)	3	190
Trabalhistas	1.493	333	(298)	(40)	3	1.491
Regulatório	1.452	1.179	(559)	(182)	39	1.929
Total	3.093	1.721	(924)	(325)	45	3.610

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31.03.2025	31.12.2024
Cíveis	2.691	2.007
Trabalhistas	307	631
Regulatório	8.695	8.484
Total	11.693	11.122

(b) Provisão para manutenção

A provisão de manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,42% a.a. no período findo em 31 de março de 2025, (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024) considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 5 anos.

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de março de 2025 e 2024.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	-	84.511	212.633	256.077	212.633	340.588
Adições/Reversões	-	(9.191)	2.054	16.467	2.054	7.276
Utilizações	-	(1.717)	-	-	-	(1.717)
Ajuste a valor presente	-	2.103	3.323	4.546	3.323	6.649
Transferências	358	46.107	(358)	(46.107)	-	-
Saldo em 31.03.2025	358	121.813	217.652	230.983	218.010	352.796

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2023	7.670	-	181.803	243.391	189.473	243.391
Adições/Reversões	-	(23.650)	10.789	36.906	10.789	13.256
Ajuste a valor presente	-	146	2.962	3.409	2.962	3.555
Transferências	(7.670)	26.017	7.670	(26.017)	-	-
Saldo em 31.03.2024	-	2.513	203.224	257.689	203.224	260.202

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social subscrito em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.441.386, composto por 1.489.050.740 ações ordinárias sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.441.386

Reserva legal

A Sociedade segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido do exercício, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

Reserva e Retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias, conforme mencionado O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 25% do lucro líquido do exercício ou 25% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre o capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

21. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	31.03.2025	31.03.2024
Receita de serviços prestados	196.818	176.446
Receita de serviços de construção	104.924	59.369
Outras receitas	320	342
Receita bruta	302.062	236.157
ISSQN	(9.772)	(8.764)
PIS	(1.279)	(1.149)
COFINS	(5.905)	(5.301)
Outras deduções	(325)	(80)
Receita líquida	284.781	220.863

Notas Explicativas

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.03.2025	31.03.2024
Custos:		
Com pessoal	(9.031)	(8.080)
Serviços de terceiros	(5.919)	(6.104)
Conservação	(8.944)	(8.964)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.290)	(1.201)
Consumo	(1.015)	(938)
Transportes	(2.283)	(1.992)
Verba de fiscalização	(5.914)	(5.304)
Seguros / Garantias	(972)	(907)
Ônus variável	-	(5.304)
Provisão de manutenção em rodovias	(7.276)	(13.256)
Custos de serviços da construção	(104.924)	(59.369)
Depreciação / Amortização	(26.139)	(19.870)
Amortização da Outorga	(13.176)	(13.176)
Outros	(197)	(69)
Total	(187.080)	(144.534)

	31.03.2025	31.03.2024
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(5.029)	(3.660)
Serviços de terceiros	(602)	(620)
Manutenção de bens e conservação	(664)	(407)
Consumo	(732)	(667)
Transportes	(84)	(47)
Seguros/Garantias	(6)	(3)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(1.510)	(797)
Comunicação e <i>marketing</i>	(63)	(72)
Publicações legais	(4)	(4)
Depreciação / Amortização	(61)	(81)
Provisão para perdas esperadas	(21)	-
Outros	(299)	(307)
Total	(9.075)	(6.665)

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.03.2025	31.03.2024
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	12.282	10.582
Créditos fiscais	20	19
Outras receitas	3	-
Total	12.305	10.601
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(40.869)	(37.411)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(11.231)	(8.165)
Outras despesas	(1.903)	(1.519)
Total	(54.003)	(47.095)

(*) Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 31 de março de 2025 no valor de R\$52.654, o montante de R\$11.785 foi reconhecido como adição de intangível e infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento (R\$49.901 e R\$12.490 em 31 de março de 2024).

Notas Explicativas

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.03.2025	31.03.2024
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	118.762	82.648
Total das adições de imobilizado (b)	16	491
Juros capitalizados - financiamentos (a)	(11.370)	(12.166)
Juros capitalizados - debêntures (a)	(415)	(324)
	106.993	70.649
Aquisição (adições)	(106.993)	(70.649)
Fornecedores	3.556	4.932
Obrigações fiscais	102	(1.887)
Contas a pagar - partes relacionadas	1.505	(188)
Cauções contratuais	824	108
Provisão para investimentos em rodovias	2.054	10.789
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(98.952)	(56.895)
Fluxo de caixa imobilizado	(16)	(491)
Fluxo de caixa intangível	(98.936)	(56.404)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(98.952)	(56.895)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa: Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	8.041	13.754
Outras transações que não envolveram caixa: Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	16.173	9.038
Dividendos propostos e não pagos	29.306	13.315

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 23.

(b) Vide nota explicativa nº 10.

25. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	31.03.2025	31.03.2024
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do período	31.351	22.580
Número de ações durante o período	1.489.051	1.489.051
Lucro por ação	0,0211	0,0152

Não há diferença entre o lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

			31.03.2025		31.12.2024	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	73.776	73.776	100.068	100.068
Aplicação financeira	N/A	2	6.756	6.756	9.087	9.087
Contas a receber clientes	N/A	2	52.861	52.861	47.162	47.162
Contas a receber - partes relacionadas	N/A	2	1.473	1.473	1.074	1.074
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	320.846	320.846	323.836	323.836
Outros créditos	N/A	2	633	633	455	455
			456.345	456.345	481.682	481.682
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	N/A	2	1.528.330	1.528.330	1.523.902	1.523.902
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	7.810	7.810	9.059	9.059
Debêntures (a)	N/A	2	196.099	188.131	190.479	179.471
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	64.865	64.865	58.422	58.422
Taxa de fiscalização	N/A	2	2.079	2.079	2.019	2.019
Outras contas a pagar	N/A	2	3.898	3.898	9.279	9.279
			1.803.081	1.795.113	1.793.160	1.782.152

(a) Valor bruto

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos financiamentos sujeitos a taxa pós-fixada como IPCA aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

27. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de juros - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado

Notas Explicativas

é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	12,40%	15,50%	18,60%	9,30%
Receita de aplicações financeiras	9.741	12.176	14.612	7.306
Juros a incorrer CDI líquido (*)	9.741	12.176	14.612	7.306
IPCA	4,50%	5,63%	6,75%	3,38%
Juros a incorrer - BNDES	(171.300)	(189.598)	(207.895)	(153.003)
Juros a incorrer - Debêntures	(16.540)	(18.785)	(21.029)	(14.296)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(187.840)	(208.383)	(228.924)	(167.299)
Juros a incorrer líquido	(178.099)	(196.207)	(214.312)	(159.993)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 01 de abril de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período/exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade prevê interromper a prestação de serviços em casos de inadimplimentos.

Em 31 de março de 2025, a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R\$52.951 (R\$46.140 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Auto Expresso - DBTRANS S.A., Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Movemais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe - Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A., Cielo S.A. e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A sua controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento

Notas Explicativas

contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Para o período findo em 31 de março de 2025, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$303.488 (R\$222.996 em 31 de dezembro de 2024).

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Valor contábil	2025	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
BNDES Automático (b)	11,72%	1.572.570	2.587.470	43.399	129.598	167.128	321.789	1.925.556
Arrendamento mercantil a pagar	10,85%	49.013	62.585	4.369	15.886	11.136	10.285	20.909
Debêntures - IPCA (b)	11,30%	196.099	207.116	51.193	30.858	68.154	56.911	-
Fornecedores e cauções contratuais	-	64.865	64.865	63.036	1.829	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	7.810	7.810	6.068	1.742	-	-	-
Outras contas a pagar	-	3.898	3.898	3.862	36	-	-	-
		1.894.255	2.933.744	171.927	179.949	246.418	388.985	1.946.465

(a) Média ponderada efetiva % a.a.

(b) Valores brutos dos custos de transação.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e o pagamento do ônus fixo da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a Sociedade mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 31 de março de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	29.064
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	841.690

(*) Por sinistro.

Notas Explicativas

Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor de garantia em 31 de março de 2025 é de R\$37.011 (R\$42.928 em 31 de dezembro de 2024).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
ViaPaulista S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ViaPaulista S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Valores comparativos

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2024, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2024 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 9 de maio de 2024 e 26 de fevereiro de 2025, respectivamente, sem ressalvas.

Campinas, 12 de maio de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da ViaPaulista S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Ricardo Tozzi Gerab - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da ViaPaulista S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Ricardo Tozzi Gerab - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia